

12/06/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 105.256 PARANÁ

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACTE.(S) : CEZAR REGINALDO ZONTA  
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EMENTA: "HABEAS CORPUS" – IMPUTAÇÃO, AO PACIENTE, QUE É CIVIL, DE CRIME MILITAR EM SENTIDO IMPRÓPRIO – SUPOSTA PRÁTICA DOS DELITOS DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (CPM, ART. 312) E DE USO DE DOCUMENTO FALSO (CPM, ART. 315) – TÍTULO DE INSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÃO MIÚDA (TIEM) EMITIDO PELA MARINHA DO BRASIL – LICENÇA DE NATUREZA CIVIL – CARÁTER ANÔMALO DA JURISDIÇÃO PENAL MILITAR SOBRE CIVIS EM TEMPO DE PAZ – REGULAÇÃO DESSE TEMA NO PLANO DO DIREITO COMPARADO – OFENSA AO POSTULADO DO JUIZ NATURAL – INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR – PEDIDO DEFERIDO.

A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO E A NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PELOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS CASTRENSES, DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO JUIZ NATURAL.

- A competência penal da Justiça Militar da União não se limita, apenas, aos integrantes das Forças Armadas, nem se define, por isso mesmo, "*ratione personae*". É aferível, objetivamente, a partir da subsunção do comportamento do agente – de qualquer agente, mesmo o civil, ainda que em tempo de paz – ao preceito primário incriminador consubstanciado nos tipos penais definidos em lei (o Código Penal Militar).

HC 105.256 / PR

- **O foro especial** da Justiça Militar da União **não existe** para os crimes **dos militares, mas, sim, para os delitos militares**, “*tout court*”. **E o crime militar**, comissível por agente militar **ou, até mesmo**, por civil, **só existe** quando o autor procede **e atua nas circunstâncias** taxativamente referidas **pelo art. 9º** do Código Penal Militar, **que prevê a possibilidade jurídica** de configuração de delito castrense **eventualmente** praticado por civil, *mesmo em tempo de paz*.

**A REGULAÇÃO DO TEMA PERTINENTE À JUSTIÇA MILITAR NO PLANO DO DIREITO COMPARADO.**

- **Tendência** que se registra, *modernamente*, em sistemas normativos estrangeiros, **no sentido da extinção** (*pura e simples*) de tribunais militares *em tempo de paz ou, então, da exclusão de civis* da jurisdição penal militar: **Portugal** (*Constituição* de 1976, art. 213, *Quarta Revisão* Constitucional de 1997), **Argentina** (*Ley Federal* nº 26.394/2008), **Colômbia** (*Constituição* de 1991, art. 213), **Paraguai** (*Constituição* de 1992, art. 174), **México** (*Constituição* de 1917, art. 13) e **Uruguai** (*Constituição* de 1967, art. 253, *c/c Ley* 18.650/2010, arts. 27 e 28), *v.g.*.

- **Uma relevante sentença** da Corte Interamericana de Direitos Humanos (“*Caso Palamara Iribarne vs. Chile*”, de 2005): **determinação** para que a República do Chile, **adequando** a sua legislação interna **aos padrões internacionais** sobre jurisdição penal militar, **adote** medidas **com o objetivo de impedir**, *quaisquer* que sejam as circunstâncias, **que “um civil seja submetido à jurisdição dos tribunais penais militares (...)”** (**item** nº 269, n. 14, **da parte dispositiva**, “*Puntos Resolutivos*”).

- **O caso “ex parte Milligan”** (1866): **importante “landmark ruling”** da Suprema Corte dos Estados Unidos da América.

HC 105.256 / PR

**O POSTULADO DO JUIZ NATURAL REPRESENTA GARANTIA CONSTITUCIONAL INDISPONÍVEL, ASSEGURADA A QUALQUER RÉU, EM SEDE DE PERSECUÇÃO PENAL, MESMO QUANDO INSTAURADA PERANTE A JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.**

- **É irrecusável, em nosso sistema de direito constitucional positivo – considerado o princípio do juiz natural –**, que **ninguém** poderá ser privado de sua liberdade **senão** mediante julgamento pela autoridade judiciária competente. **Nenhuma pessoa, em consequência, poderá ser subtraída ao seu juiz natural. A nova** Constituição do Brasil, **ao proclamar** as liberdades públicas – **que representam** *limitações expressivas* aos poderes do Estado –, **consagrou, de modo explícito, o postulado fundamental** do juiz natural. O art. 5º, LIII, da Carta Política prescreve que **“ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”**.

### **ACÓRDÃO**

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em deferir** o pedido de *“habeas corpus”*, **para invalidar** o procedimento penal instaurado contra o ora paciente perante a Justiça Militar da União (Processo nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09 – Auditoria da 5ª CJM), desde a denúncia, inclusive, sem prejuízo da renovação da *“persecutio criminis”* perante órgão judiciário competente da Justiça Federal comum, contanto que ainda não consumada a prescrição penal da pretensão punitiva do Estado. A presente decisão deverá ser comunicada ao E. Superior Tribunal Militar (Recurso em Sentido Estrito nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR) e ao Senhor Juiz-Auditor da 5ª CJM (Processo nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09), para que os autos do Procedimento Ordinário em questão **sejam**

**HC 105.256 / PR**

**encaminhados** ao Ministério Público Federal na Seção Judiciária de Santa Catarina, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Brasília, 12 de junho de 2012.

**CELSO DE MELLO – RELATOR**

12/06/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 105.256 PARANÁ

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACTE.(S) : CEZAR REGINALDO ZONTA  
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL  
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): A presente impetração **insurge-se** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal Militar, **encontra-se consubstanciada** em acórdão **assim** ementado:

*“Recurso em Sentido Estrito. Falsidade ideológica e uso de documento falso (CPM, arts. 312 e 315). Rejeição de denúncia fundada na incompetência do Juízo. Improcedência. Exordial imputando aos acusados a inserção de dados inverídicos em documentos da Marinha do Brasil, para regularização de embarcação, obtendo-se o título de inscrição de embarcação expedido pela Força Naval. Decisão impugnada que declara que a atividade de polícia administrativa não se insere na destinação constitucional das FFAA. Impossível dissociar a natureza militar da atividade de policiamento, enquanto realizada por militares das Forças Armadas, em obediência à ordem legal, ainda que diversa da atividade específica e peculiar das FFAA. Recurso ministerial provido, desconstituindo-se a decisão a quo para declarar a competência da Justiça Militar da União, determinando-se a baixa dos autos à Auditoria de origem para que o magistrado examine a denúncia à luz do art. 77 do CPPM. Unânime.”*

(Recurso em Sentido Estrito nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Rel. Min. FRANCISCO JOSÉ DA SILVA FERNANDES)

**HC 105.256 / PR**

**Sustenta-se, nesta sede processual, a absoluta incompetência** da Justiça Militar da União para processar e julgar o ora paciente, **que foi denunciado** por suposta prática dos crimes militares de “falsidade ideológica” e de “uso de documento ideologicamente falso” para “Registro de Embarcação”, **que constitui** – segundo o Ministério Público Militar – documento, “cuja expedição é de exclusiva jurisdição da Marinha”.

O Ministério Público Federal, **em parecer** da lavra da ilustre Subprocuradora-Geral da República Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, **assim resumiu e apreciou** a presente impetração:

*“1. Trata-se de ‘habeas corpus’ impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO em favor de CEZAR REGINALDO ZONTA, contra decisão do Superior Tribunal Militar que, ao dar provimento a recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público Militar, firmou a competência da Justiça Militar da União para processar e julgar o feito.*

*2. O paciente, civil, foi denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 315 do CPM (‘Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados por outrem, a que se referem os artigos anteriores’).*

*3. O Juiz Auditor da Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, entendendo incompetente a Justiça Militar da União para processar e julgar o feito, remeteu os autos à Justiça Federal em Santa Catarina, dando ensejo a que o Ministério Público Militar, discorde, interpusesse o respectivo recurso em sentido estrito, este provido pelo Superior Tribunal Militar (...).*

.....  
*4. Daí a impetração do presente ‘habeas corpus’ pelo qual a defesa pleiteia, em síntese, o reconhecimento da competência da Justiça Federal.*

*5. Para tanto, aduz que, em sendo o registro de embarcações atividade meramente subsidiária da Marinha, o fato não atingiria a fé pública do Órgão militar, mas a da União. Segundo a defesa, o*

**HC 105.256 / PR**

*policimento não é atividade típica da Marinha.*

**6. Menciona a impetrante, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o 'habeas corpus' nº 96.561/PA, esposou o entendimento de que a falsificação de documento de natureza civil não acarretaria prejuízos patrimoniais à instituição militar, não sendo, pois, de competência da Justiça castrense.**

**7. O parecer é pela denegação da ordem.**

**8. Diz o artigo 9º do Código Penal Militar:**

*'Art. 9º. Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:*

*(...)*

*III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, contra as instituições militares, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:*

*a) contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar.'*

*(...)*

**9. O dispositivo em causa não faz distinção entre atividades principais e secundárias da Administração Militar, para fins de incidência da norma penal, inexistindo, portanto, qualquer fundamento idôneo para que se faça uma interpretação restritiva do citado artigo.**

**10. Logo, ainda que esta seja atividade vinculada à segurança pública, não se pode desconsiderar a ofensa à ordem administrativa militar, o que enseja, em consequência, a incidência do art. 9º, inciso III, alínea 'a', do Código Penal Militar.**

**11. Importa trazer à lume decisão proferida no recurso criminal nº 2003.01.007117-8/AM, cuja ementa segue abaixo transcrita:**

**HC 105.256 / PR**

**'RECURSO CRIMINAL – FALSIDADE IDEOLÓGICA E PREVARICAÇÃO. SERVIÇO DE POLÍCIA NAVAL. ATRIBUIÇÃO SUBSIDIÁRIA DA MARINHA. OFENSA À ADMINISTRAÇÃO MILITAR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.**

**1. No cumprimento ou execução de atribuições subsidiárias, como é o policiamento naval, a Marinha não perde sua condição de Força Armada e de Administração Militar.**

**2. A ação delituosa perpetrada contra a Marinha, ainda que no exercício dessas atividades subsidiárias, é crime militar. O bem jurídico lesado é a fé pública da Administração Militar.**

**3. Competência da Justiça Militar da União.**

**Recurso provido. Decisão majoritária.'**

(...)

**12. Pelo exposto, opina o Ministério Público Federal pela denegação da ordem, mantendo-se, assim, a competência da Justiça Militar da União para processar e julgar o feito." (grifei)**

**É o relatório.**



12/06/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 105.256 PARANÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): **Discute-se**, na presente ação de “*habeas corpus*”, **se estaria compreendido**, na competência da Justiça Militar da União, **o julgamento** de ação penal **referente** à suposta prática, *por civil*, de delitos militares (CPM, arts. 312 e 315), alegadamente perpetrados **perante** órgão que integra a estrutura administrativa da Marinha do Brasil (Capitania dos Portos de Santa Catarina).

O acórdão objeto de impugnação nesta sede processual, **emanado** do E. Superior Tribunal Militar, **ofende**, *segundo entendo*, **o postulado do juiz natural**, **porque proferido** a respeito de delitos **destituídos de natureza castrense**.

**Cabe ter presente, no ponto, a advertência** desta Corte a propósito **da excepcionalidade** da submissão *de civis*, **em tempo de paz**, à jurisdição penal da Justiça Militar da União:

“‘HABEAS CORPUS’ – CRIME DE LESÕES CORPORAIS CULPOSAS CONTRA MILITAR EM MANOBRA - **INOCORRÊNCIA DE CRIME MILITAR** – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA **COMUM** – **POSTULADO DO JUIZ NATURAL** – (...) – **PEDIDO DEFERIDO**.”

**EXCEPCIONALIDADE DA COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, EM TEMPO DE PAZ, TRATANDO-SE DE RÉU CIVIL.**

- **Não se tem por configurada** a competência penal da Justiça Militar da União, **em tempo de paz**, **tratando-se de réus civis, se a**

HC 105.256 / PR

ação delituosa, a eles atribuída, **não afetar**, ainda que potencialmente, a integridade, a dignidade, o funcionamento e a respeitabilidade das instituições militares, **que constituem**, em essência, **nos delitos castrenses**, os bens jurídicos penalmente tutelados.

- **O caráter anômalo** da jurisdição penal castrense sobre civis, **notadamente** em tempo de paz. **O caso 'Ex Parte Milligan'** (1866): **um precedente histórico valioso**.

**O POSTULADO DO JUIZ NATURAL REPRESENTA GARANTIA CONSTITUCIONAL INDISPONÍVEL, ASSEGURADA A QUALQUER RÉU, EM SEDE DE PERSECUÇÃO PENAL, MESMO QUANDO INSTAURADA PERANTE A JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.**

- **O princípio da naturalidade do juízo** representa uma das mais importantes matrizes político-ideológicas **que conformam** a própria atividade legislativa do Estado e **condicionam** o desempenho, pelo Poder Público, das funções de caráter penal-persecutório, **notadamente** quando exercidas em sede judicial.

**O postulado do juiz natural**, em sua projeção político-jurídica, **reveste-se de dupla função instrumental**, pois, **enquanto garantia indisponível**, tem, por titular, **qualquer pessoa exposta**, em juízo criminal, à ação persecutória do Estado, e, **enquanto limitação insuperável**, representa **fator de restrição** que incide sobre os órgãos do poder estatal **incumbidos** de promover, judicialmente, a repressão criminal.

- **É irrecusável**, em nosso sistema de direito constitucional positivo – **considerado o princípio do juiz natural** – que **ninguém** poderá ser privado de sua liberdade **senão** mediante julgamento pela autoridade judiciária competente. **Nenhuma pessoa**, em conseqüência, **poderá ser subtraída ao seu juiz natural**. **A nova Constituição do Brasil, ao proclamar as liberdades públicas – que representam** limitações expressivas aos poderes do Estado – **consagrou**, de modo explícito, **o postulado fundamental** do juiz natural. O art. 5º, LIII, da Carta Política prescreve que **'ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente'**. (...)."

(HC 81.963/RS, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**HC 105.256 / PR**

**Cumpr** **ênfatisar**, *desde logo*, **que a Justiça Militar da União** - cujos **órgãos** (Conselhos de Justiça e o E. Superior Tribunal Militar) **não** se identificam **nem** se subsumem à noção de tribunais de exceção **ou** de juízos *“ad hoc”* (ALEXANDRE DE MORAES, *“Direito Constitucional”*, p. 88/89, item n. 21.1, 25ª ed., 2010, Atlas; UADI LAMMÊGO BULOS, *“Curso de Direito Constitucional”*, p. 669, item n. 47.3, “c”, 5ª ed., 2010, Saraiva; SYLVIO MOTTA e GUSTAVO BARCHET, *“Curso de Direito Constitucional”*, p. 215, item n. 2.29, 2007, Elsevier; PEDRO LENZA, *“Direito Constitucional Esquematizado”*, p. 777/778, item n. 14.9.22, 14ª ed., 2010, Saraiva, *v.g.*) – **dispõe de competência penal** para processar e julgar **civis**, *mesmo em tempo de paz*, por **suposta** prática de crime militar **tipificado em lei** (KILDARE GONÇALVES CARVALHO, *“Direito Constitucional”*, p. 1076, item n. 14, 13ª ed., 2007, Del Rey, *v.g.*), **eis** que a Constituição da República, **ao remeter** ao plano da legislação ordinária a **definição** dos delitos castrenses, **viabilizou** a qualificação *de qualquer* civil, em **algumas** situações específicas, como *possível* sujeito ativo dessa especial modalidade de infração penal, **como claramente resulta** da leitura do próprio Código Penal Militar, **considerada** a regra **inscrita** em seu art. 9º, **em contexto que permite reconhecer** que, no ordenamento positivo brasileiro, **a conceituação** de crime militar **rege-se** pelo critério objetivo, **estabelecido “ratione legis”, segundo se extrai** do magistério da doutrina (JORGE ALBERTO ROMEIRO, *“Curso de Direito Penal Militar – Parte Geral”*, p. 66, item n. 48, 1994, Saraiva; CÉLIO LOBÃO, *“Direito Penal Militar”*, p. 50/53, item n. 8, 1990, Brasília Jurídica; JOSÉ DA SILVA LOUREIRO NETO, *“Direito Penal Militar”*, p. 17/28, item n. 2.2, 5ª ed., 2010, Atlas, *v.g.*).

**Isso significa**, *portanto*, que a Justiça Militar da União possui, **excepcionalmente**, **em tema** de delitos castrenses, jurisdição penal **sobre civis**, **quer** em tempo de paz, **quer** em tempo de guerra externa.

**HC 105.256 / PR**

**A tentativa** de o Estado **pretender sujeitar**, *arbitrariamente*, a Tribunais castrenses, **em tempo de paz**, *réus civis*, **fazendo instaurar**, *contra eles*, **perante** órgãos da Justiça Militar da União, **fora** das estritas hipóteses legais, **procedimentos** de persecução penal, por **suposta** prática de crime militar, **representa clara violação** ao princípio constitucional do juiz natural (CF, art. 5º, LIII).

**Não se pode** deixar de acentuar, *bem por isso*, **o caráter anômalo** da submissão **de civis**, *notadamente em tempo de paz*, à **jurisdição** dos Tribunais e órgãos integrantes da Justiça Militar da União, por **suposta** prática de crime militar, **especialmente** se se tiver em consideração que tal situação – **porque** revestida de excepcionalidade – **só** se legitima **se e quando** configuradas, *quanto a réus civis*, as hipóteses delineadas em sede legal e cujo reconhecimento **tem merecido**, *do Supremo Tribunal Federal*, **estrita** interpretação.

**É importante observar** que, *no plano do direito comparado*, **registra-se**, *modernamente*, em **diversos** sistemas normativos **vigentes** em Estados **impregnados de perfil democrático**, clara tendência, **quer** no sentido **da extinção** (*pura e simples*) de tribunais militares *em tempo de paz*, **permitindo-lhes**, *no entanto*, **a existência**, *embora circunstancialmente*, **apenas** quando deflagrado estado de guerra, **quer**, *ainda*, no sentido **da exclusão** de civis da jurisdição penal militar, **valendo destacar**, *sob tais aspectos*, o ordenamento positivo **de alguns** países, **como o de Portugal** (Constituição de 1976, art. 213, *Quarta Revisão* Constitucional de 1997), **o da Argentina** (*Ley Federal* nº 26.394/2008), **o da Colômbia** (Constituição de 1991, art. 213), **o do Paraguai** (Constituição de 1992, art. 174), **o do México** (Constituição de 1917, art. 13) **e o do Uruguai** (Constituição de 1967, art. 253, *c/c Ley* 18.650/2010, arts. 27 e 28).

*De outro lado*, **cabe registrar importantíssima** decisão **proferida** pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 22/11/2005, **no julgamento** do “*Caso Palamara Iribarne vs. Chile*”, **em que se determinou**,

HC 105.256 / PR

à República do Chile, dentre **outras** providencias, **que ajustasse**, em prazo razoável, **o seu** ordenamento interno aos **padrões internacionais sobre jurisdição penal militar, de forma tal** que, **se** se considerasse necessária a existência (**ou** subsistência) de uma jurisdição penal militar, **fosse esta limitada, unicamente**, ao conhecimento de delitos funcionais **cometidos por militares em serviço ativo**.

**Mais do que isso**, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, **na Sentença** proferida no “*Caso Palamara Iribarne vs. Chile*”, **determinou** que a República do Chile **estabelecesse**, em sua legislação interna, **limites** à competência material **e** pessoal dos Tribunais militares, **em ordem a que**, “*en ninguna circunstancia un civil se vea sometido a la jurisdicción de los tribunales penales militares (...)*” (grifei).

O Supremo Tribunal Federal, *por sua vez*, **tem entendido, em casos idênticos** ao ora em análise, **que não se tem** por configurada a competência da Justiça Militar da União, **em tempo de paz, tratando-se** de réus civis, **se** a ação eventualmente delituosa, por eles praticada, **não afetar, de modo real ou potencial**, a integridade, a dignidade, o funcionamento **e** a respeitabilidade das instituições militares **que constituem, em essência**, os bens jurídicos penalmente tutelados.

**Mostra-se grave**, *por isso mesmo*, a instauração, **em tempo de paz**, de inquérito policial militar (IPM) **contra civil, com o objetivo** de submetê-lo, **fora** dos casos **autorizados** em lei, a julgamento perante a Justiça Militar da União!

**Cabe lembrar**, *por oportuno*, **histórica decisão** da Suprema Corte dos Estados Unidos da América (**verdadeira “landmark ruling”**), **proferida** no julgamento, **em 1866**, do caso “*Ex Parte Milligan*” (71 U.S. 1).

**A Suprema Corte dos Estados Unidos da América, nesse importante precedente, ao examinar** decisão condenatória **motivada** por fatos

HC 105.256 / PR

ocorridos no curso da Guerra Civil americana, **veio a invalidar** tal condenação, **que impusera** a pena de morte (enforcamento), por traição, **a um acusado civil**, *Lambden P. Milligan*, **por entender** que, **mesmo** que se tratasse de um crime praticado nas circunstâncias de tempo e de lugar em que ocorrera, **ainda assim um civil não poderia ser julgado por uma Corte militar** (“*martial court*”), **desde** que os órgãos judiciários da Justiça comum **estivessem funcionando regularmente**.

**Nesse julgamento**, enfatizou-se, **por unânime votação**, que a Constituição **não se suspende** em períodos de crise ou de emergência nacional, **pois ela representa**, *enquanto estatuto do poder e instrumento das liberdades*, a lei suprema **que a todos** se aplica, **tanto** a governantes, **como** a governados, **quer** em tempo de paz, **quer** em tempo de guerra.

**Concluiu-se**, por tal razão, **naquela decisão**, que o julgamento **de civis**, *por tribunais militares* (cortes marciais), **era inadmissível** nos locais **em que houvesse** tribunais civis **em pleno e regular funcionamento**:

*“On the 10th day of May, 1865, Lambden P. Milligan presented a petition to the Circuit Court of the United States for the District of Indiana, to be discharged from an alleged unlawful imprisonment...”*

*Milligan insists that said military commission had no jurisdiction to try him upon the charges preferred, or upon any charges whatever; because he was a citizen of the United States and the State of Indiana, and had not been, since the commencement of the late Rebellion, a resident of any of the States whose citizens were arrayed against the government, and that the right of trial by jury was guaranteed to him by the Constitution of the United States...*

*The importance of the main question presented by this record cannot be overstated; for it involves the very framework of the government and the fundamental principles of American liberty.*

.....  
*The controlling question in the case is this: Upon the facts*

**HC 105.256 / PR**

*stated in Milligan's petition, and the exhibits filed, had the military commission mentioned in it jurisdiction, legally, to try and sentence him? Milligan, not a resident of one of the rebellious states, or a prisoner of war, but a citizen of Indiana for twenty years past and never in the military or naval service, is, while at his home, arrested by the military power of the United States, imprisoned, and, on certain criminal charges preferred against him, tried, convicted, and sentenced to be hanged by a military commission, organized under the direction of the military commander of the military district of Indiana. Had this tribunal the legal power and authority to try and punish this man?*

*No graver question was ever considered by this court, nor one which more nearly concerns the rights of the whole people; for it is the birthright of every American citizen when charged with crime, to be tried and punished according to law. The power of punishment is, alone through the means which the laws have provided for that purpose, and if they are ineffectual, there is an immunity from punishment, no matter how great an offender the individual may be, or how much his crimes may have shocked the sense of justice of the country, or endangered its safety. By the protection of the law human rights are secured; withdraw that protection, and they are at the mercy of wicked rulers, or the clamor of an excited people. If there was law to justify this military trial, it is not our province to interfere; if there was not, it is our duty to declare the nullity of the whole proceedings. The decision of this question does not depend on argument or judicial precedents, numerous and highly illustrative as they are. These precedents inform us of the extent of the struggle to preserve liberty and to relieve those in civil life from military trials. The founders of our government were familiar with the history of that struggle; and secured in a written constitution every right which the people had wrested from power during a contest of ages. By that Constitution and the laws authorized by it this question must be determined. The provisions of that instrument on the administration of criminal justice are too plain and direct, to leave room for misconstruction or doubt of their true meaning. Those applicable to this case are found in that clause of the original Constitution which says, 'That the trial of all crimes, except in case of impeachment, shall be by jury'; and in the fourth, fifth, and sixth articles of*

**HC 105.256 / PR**

*the amendments...*

*Have any of the rights guaranteed by the Constitution been violated in the case of Milligan? and if so, what are they?*

.....  
*But it is said that the jurisdiction is complete under the 'laws and usages of war.'*

.....  
*It is claimed that martial law covers with its broad mantle the proceedings of this military commission. The proposition is this: that in a time of war the commander of an armed force (if in his opinion the exigencies of the country demand it, and of which he is to judge), has the power, within the lines of his military district, to suspend all civil rights and their remedies, and subject citizens as well as soldiers to the rule of his will; and in the exercise of his lawful authority cannot be restrained, except by his superior officer or the President of the United States.*

*If this position is sound to the extent claimed, then when war exists, foreign or domestic, and the country is subdivided into military departments for mere convenience, the commander of one of them can, if he chooses, within his limits, on the plea of necessity, with the approval of the Executive, substitute military force for and to the exclusion of the laws, and punish all persons, as he thinks right and proper, without fixed or certain rules.*

*The statement of this proposition shows its importance; for, if true, republican government is a failure, and there is an end of liberty regulated by law. Martial law, established on such a basis, destroys every guarantee of the Constitution, and effectually renders the 'military independent of and superior to the civil power' - the attempt to do which by the King of Great Britain was deemed by our fathers such an offence, that they assigned it to the world as one of the causes which impelled them to declare their independence. Civil liberty and this kind of martial law cannot endure together; the antagonism is irreconcilable; and, in the conflict, one or the other must perish.*

.....  
*It follows, from what has been said on this subject, that there are occasions when martial rule can be properly applied. If, in*



HC 105.256 / PR

*foreign invasion or civil war, the courts are actually closed, and it is impossible to administer criminal justice according to law, then, on the theatre of active military operations, where war really prevails, there is a necessity to furnish a substitute for the civil authority, thus overthrown, to preserve the safety of the army and society; and as no power is left but the military, it is allowed to govern by martial rule until the laws can have their free course. As necessity creates the rule, so it limits its duration; for, if this government is continued after the courts are reinstated, it is a gross usurpation of power. Martial rule can never exist where the courts are open, and in the proper and unobstructed exercise of their jurisdiction. It is also confined to the locality of actual war.” (grifei)*

**Todas essas considerações** revelam-se de indiscutível importância **em face** do caráter de fundamentalidade **de que se reveste**, em nosso sistema jurídico, **o princípio do juiz natural**.

Com efeito, **o princípio da naturalidade do juízo** representa uma das **mais** importantes matrizes político-ideológicas **que conformam** a própria atividade legislativa do Estado **e que condicionam** o desempenho, por parte do Poder Público, das funções de caráter penal-persecutório, **notadamente** quando exercidas em sede judicial.

**Daí a advertência** de JOSÉ FREDERICO MARQUES (“O Processo Penal na Atualidade”, “in” “Processo Penal e Constituição Federal”, p. 19, item n. 7, 1993, Ed. Acadêmica/Apamagis, São Paulo), **no sentido** de que, **ao rol de postulados básicos, deve acrescentar-se** “aquele do Juiz natural, contido no item nº LIII do art. 5º, que declara que ‘ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente’. **É que autoridade competente só será aquela que a Constituição tiver previsto, explícita ou implicitamente, pois, se assim não fosse, a lei poderia burlar as garantias derivadas do princípio do Juiz independente e imparcial, criando outros órgãos para o processo e julgamento de determinadas infrações”** (grifei).

HC 105.256 / PR

A essencialidade do princípio do juiz natural impõe, ao Estado, o dever de respeitar essa garantia básica que predetermina, em abstrato, os órgãos judiciais investidos de competência funcional para a apreciação dos litígios penais.

Na realidade, o princípio do juiz natural reveste-se, em sua projeção político-jurídica, de dupla função instrumental, pois, enquanto garantia indisponível, tem, por titular, qualquer pessoa exposta, em juízo criminal, à ação persecutória do Estado, e, enquanto limitação insuperável, incide sobre os órgãos do poder incumbidos de promover, judicialmente, a repressão criminal.

Vê-se, desse modo, que o postulado da naturalidade do juízo, ao qualificar-se como prerrogativa individual (ex parte subjecti), tem, por destinatário específico, o réu, erigindo-se, em consequência, como direito público subjetivo inteiramente oponível ao próprio Estado. Esse mesmo princípio, contudo, se analisado em perspectiva diversa, ex parte principis, atua como fator de inquestionável restrição ao poder de persecução penal, submetendo, o Estado, a múltiplas limitações inibitórias de suas prerrogativas institucionais.

Isso significa que o postulado do juiz natural deriva de cláusula constitucional tipicamente bifronte, pois, dirigindo-se a dois destinatários distintos, ora representa um direito do réu (eficácia positiva da garantia constitucional), ora traduz uma imposição ao Estado (eficácia negativa dessa mesma garantia constitucional).

O princípio da naturalidade do juízo, portanto, encerrando uma garantia constitucional, limita, de um lado, os poderes do Estado (impossibilitado, assim, de instituir juízos “ad hoc” ou de criar tribunais de exceção) e assegura ao acusado, de outro, o direito ao processo perante autoridade competente, abstratamente designada na forma de lei anterior (vedados, em consequência, os juízos “ex post facto”).

**HC 105.256 / PR**

**É por essa razão** que ADA PELLEGRINI GRINOVER – **após destacar** a importância histórica e político-jurídica do princípio do juiz natural – **acentua**, com apoio no magistério de JORGE FIGUEIREDO DIAS (“Direito Processual Penal”, vol. 1/322-323, 1974, Coimbra), **que esse postulado constitucional** acha-se tutelado por garantias irreduzíveis **que se desdobram**, “na verdade, **em três conceitos**: só são órgãos jurisdicionais os instituídos pela Constituição; **ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato**; entre os juízes **pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competências, que exclui qualquer alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja**” (“O Processo em Sua Unidade – II”, p. 39, item n. 6, 1984, Forense – grifei).

**O fato irrecusável**, em nosso sistema de direito constitucional positivo – **considerado o princípio do juiz natural** – é que **ninguém** poderá ser privado de sua liberdade **senão** mediante julgamento pela autoridade judicial competente. **Nenhuma pessoa**, em consequência, **poderá ser subtraída ao seu juiz natural**. A nova Constituição do Brasil, **ao proclamar** as liberdades públicas – **que representam** limitações expressivas aos poderes do Estado – **consagrou, agora de modo explícito, o postulado fundamental do juiz natural**. O art. 5º, LIII, da Carta Política **prescreve** que “**ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente**”.

**A importância** político-jurídica desse princípio essencial – **que traduz** uma das projeções concretizadoras da cláusula do “*due process of law*” – **foi acentuada** pelo autorizado magistério de eminentes autores, **tais como** ADA PELLEGRINI GRINOVER (“O Processo em sua unidade – II”, p. 3/4, 1984, Forense), GIUSEPPE SABATINI (“*Principii Costituzionali del Processo Penale*”, p. 93/131, 1976, Napoli), TAORMINA (“*Giudice naturale e processo penale*”, p. 16, 1972, Roma), JOSÉ CIRILO DE VARGAS (“*Processo Penal e Direitos Fundamentais*”, p. 223/232, 1992, Del Rey Editora), MARCELO FORTES BARBOSA

HC 105.256 / PR

“Garantias Constitucionais de Direito Penal e de Processo Penal na Constituição de 1988”, p. 80/81, 1993, Malheiros) e ROGÉRIO LAURIA TUCCI e JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI (“Constituição de 1988 e Processo”, p. 30/32, item n. 10, 1989, Saraiva).

O exame da impetração revela que o ora paciente é civil, havendo sido denunciado, pelo Ministério Público Militar, como autor de suposta prática delituosa, de natureza castrense, tipificada nos arts. 312 e 315 do Código Penal Militar.

Sustenta-se, na presente causa, que “os delitos envolvendo a atividade de polícia da Marinha não atraem a jurisdição especial da Justiça Militar Federal, cabendo sua apreciação à Justiça Federal, na forma do art. 109, inciso IV, da Lei Maior, como, aliás, já decidiu essa Corte no HC n° 96.561-PA”.

Cumpr destacar, no ponto, por relevante, o magistério jurisprudencial desta Suprema Corte, que teve a oportunidade de advertir – em precedentes de ambas as Turmas –, em situações idênticas à ora examinada, que o delito de falsificação de documento ou de uso de documento falso, como o *Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM)*, emitido pela Capitania dos Portos e demais órgãos que integram a estrutura administrativa da Marinha do Brasil, não configura hipótese tipificadora de crime militar, ainda mais se alegadamente praticado por civil (HC 96.083/RJ, Rel. Min. ELLEN GRACIE – HC 96.561/PA, Rel. Min. CEZAR PELUSO – HC 103.318/PA, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA):

**“COMPETÊNCIA – JUSTIÇA MILITAR VERSUS JUSTIÇA FEDERAL ‘STRICTO SENSU’ – CRIME DE FALSO – CARTEIRA DE HABILITAÇÃO NAVAL DE NATUREZA CIVIL. A competência para julgar processo penal a envolver a falsificação de carteira de habilitação naval de natureza civil é da Justiça Federal, sendo titular da ação o Ministério Público Federal.”**  
(HC 90.451/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – grifei)

**HC 105.256 / PR**

**“‘HABEAS CORPUS’. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA MILITAR. CRIME MILITAR NÃO CARACTERIZADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL. USO DE DOCUMENTO FALSO. CADERNETA DE INSTRUÇÃO E REGISTRO (CIR). LICENÇA DE NATUREZA CIVIL. PRECEDENTES. ORDEM CONCEDIDA.**

**1. Ao contrário do entendimento do Superior Tribunal Militar, é excepcional a competência da Justiça castrense para o julgamento de civis, em tempo de paz. A tipificação da conduta de agente civil como crime militar está a depender do ‘intuito de atingir, de qualquer modo, a Força, no sentido de impedir, frustrar, fazer malograr, desmoralizar ou ofender o militar ou o evento ou situação em que este esteja empenhado’ (CC 7.040, da relatoria do ministro Carlos Velloso).**

**2. O cometimento do delito militar por agente civil em tempo de paz se dá em caráter excepcional. Tal cometimento se traduz em ofensa àqueles bens jurídicos tipicamente associados à função de natureza militar: defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (art. 142 da Constituição Federal).**

**3. No caso dos autos, a conduta supostamente protagonizada pelos pacientes configura, em tese, infração comum, em detrimento de bens, serviços ou interesses da União. A atrair, assim, a incidência do inciso IV do art. 109 da Carta Magna de 1988.**

**4. O policiamento naval é tratado pelo inciso III do § 1º do art. 144 da Constituição Republicana como ação de segurança pública, ‘de maneira que é um tipo de atividade que se abre para múltipla cobertura pública, vale dizer, a Polícia Federal também tem essa expressa competência: exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras’. Precedentes HC 90.451, da relatoria do ministro Marco Aurélio; HC 96.561, da relatoria do ministro Cezar Peluso.**

**5. Ordem concedida para determinar a remessa do processo-crime à Justiça comum federal, anulando-se os atos processuais eventualmente praticados, inclusive a denúncia.”**

**(HC 104.617/BA, Rel. Min. AYRES BRITTO – grifei)**

**HC 105.256 / PR**

**“‘HABEAS CORPUS’. CONSTITUCIONAL. PENAL MILITAR. CRIMES DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO OU USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTS. 311 E 315 DO CPM). CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR) OU HABILITAÇÃO DE ARRAIS-AMADOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA.**

***I – Em diversas oportunidades, esta Suprema Corte afirmou o entendimento de que é da Justiça Federal a competência para processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação de documento ou uso de documento falso (arts. 311 e 315, respectivamente, do CPM), quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou Habilitação de Arrais-Amador, ambas expedidas pela Marinha do Brasil, por aplicação dos arts. 21, XXII, 109, IV, e 144, § 1º, III, todos da Constituição da República.***

***II – ‘Habeas corpus’ concedido para anular o acórdão ora atacado e declarar a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar o feito.”***

**(HC 104.837/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – grifei)**

**Também eu próprio** tenho decidido essa **mesma** controvérsia jurídica **de modo idêntico** aos precedentes que venho de referir, **destacando, a esse propósito, julgamento** consubstanciado em acórdão assim ementado:

**“‘HABEAS CORPUS’ – CRIME MILITAR EM SENTIDO IMPRÓPRIO – FALSIFICAÇÃO/USO DE CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR), EMITIDA PELA MARINHA DO BRASIL – LICENÇA DE NATUREZA CIVIL – CARÁTER ANÔMALO DA JURISDIÇÃO PENAL MILITAR SOBRE CIVIS EM TEMPO DE PAZ – OFENSA AO POSTULADO DO JUIZ NATURAL – INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR – PEDIDO DEFERIDO.**

**A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO E A NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA,**

HC 105.256 / PR

**PELOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS CASTRENSES, DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO JUIZ NATURAL.**

- **A competência penal** da Justiça Militar da União **não se limita**, apenas, **aos integrantes** das Forças Armadas, **nem se define**, por isso mesmo, 'ratione personae'. **É aferível, objetivamente**, a partir da subsunção do comportamento do agente – **de qualquer agente, mesmo o civil, ainda** que em tempo de paz – ao preceito primário incriminador **consubstanciado** nos tipos penais definidos em lei (o Código Penal Militar).

- **O foro especial** da Justiça Militar da União **não existe** para os crimes **dos militares, mas, sim, para os delitos militares**, 'tout court'. **E o crime militar**, comissível por agente militar **ou**, até mesmo, por civil, **só existe** quando o autor procede e atua **nas circunstâncias** taxativamente referidas **pelo art. 9º** do Código Penal Militar, **que prevê a possibilidade jurídica** de configuração de delito castrense **eventualmente praticado por civil, mesmo em tempo de paz.**

**A REGULÇÃO DO TEMA PERTINENTE À JUSTIÇA MILITAR NO PLANO DO DIREITO COMPARADO.**

- **Tendência** que se registra, modernamente, em sistemas normativos estrangeiros, **no sentido da extinção** (pura e simples) de tribunais militares **em tempo de paz ou, então, da exclusão de civis** da jurisdição penal militar: **Portugal** (Constituição de 1976, art. 213, **Quarta** Revisão Constitucional de 1997), **Argentina** (Ley Federal nº 26.394/2008), **Colômbia** (Constituição de 1991, art. 213), **Paraguai** (Constituição de 1992, art. 174), **México** (Constituição de 1917, art. 13) e **Uruguai** (Constituição de 1967, art. 253, **c/c** Ley 18.650/2010, arts. 27 e 28), v.g..

- **Uma relevante sentença** da Corte Interamericana de Direitos Humanos ('**Caso Palamara Iribarne vs. Chile**', de 2005): **determinação** para que a República do Chile, **adequando** a sua legislação interna **aos padrões internacionais** sobre jurisdição penal militar, **adote medidas com o objetivo de impedir**, quaisquer que sejam as circunstâncias, que **'um civil seja submetido à jurisdição dos tribunais penais militares (...)'** (**item** nº 269, n. 14, **da**

HC 105.256 / PR

*parte dispositiva*, 'Puntos Resolutivos').

- O caso '*ex parte Milligan*' (1866): importante '*landmark ruling*' da Suprema Corte dos Estados Unidos da América.

**O POSTULADO DO JUIZ NATURAL REPRESENTA GARANTIA CONSTITUCIONAL INDISPONÍVEL, ASSEGURADA A QUALQUER RÉU, EM SEDE DE PERSECUÇÃO PENAL, MESMO QUANDO INSTAURADA PERANTE A JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO.**

- *É irrecusável*, em nosso sistema de direito constitucional positivo – *considerado o princípio do juiz natural* –, que *ninguém* poderá ser privado de sua liberdade *senão* mediante julgamento pela autoridade judiciária competente. *Nenhuma pessoa*, em conseqüência, *podrá ser subtraída ao seu juiz natural*. A nova Constituição do Brasil, *ao proclamar as liberdades públicas – que representam limitações expressivas aos poderes do Estado –, consagrou*, de modo explícito, *o postulado fundamental do juiz natural*. O art. 5º, LIII, da Carta Política prescreve que '*ninguém* será processado *nem* sentenciado *senão* pela autoridade competente'."

(HC 106.171/AM, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

**Desse modo**, e considerados **os precedentes** que o Supremo Tribunal Federal **firmou** na matéria ora em análise, **reconheço configurada**, no caso, *a absoluta incompetência* da Justiça Militar da União, **para processar e julgar** o ora paciente, *que é civil*, **a quem** se imputou a prática de delitos que, *evidentemente*, **não** se qualificam como crime de natureza militar.

**A integral procedência** da postulação ora deduzida **em favor** do paciente *ainda mais se acentua se* se tiver presente que o acórdão **emanado** do E. Superior Tribunal Militar **põe-se em relação de antagonismo** com diretriz jurisprudencial **prevalecente** nesta Suprema Corte, **o que provoca** situação **de conflito** com o postulado da naturalidade do juízo.



**HC 105.256 / PR**

É que o ora paciente **deixou** de ser submetido, *sem causa legítima*, ao seu juiz natural, **decorrendo**, *de tal situação*, **ofensa evidente** à cláusula tutelar **que protege**, em nosso sistema jurídico, **qualquer** réu (CF, art. 5º, LIII).

**Sendo assim**, tendo presentes as razões expostas e **acolhendo** a diretriz jurisprudencial **prevalecente** nesta Corte Suprema, **defiro** o pedido de “*habeas corpus*”, **para invalidar** o procedimento penal **instaurado** contra o ora paciente **perante** a Justiça Militar da União (**Processo** nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09 – Auditoria da 5ª CJM), **desde** a denúncia, *inclusive*, **sem prejuízo** da renovação da “*persecutio criminis*” **perante** órgão judiciário competente da Justiça Federal comum, **contanto** que *ainda não consumada* a prescrição penal da pretensão punitiva do Estado.

A presente decisão **deverá** ser comunicada ao E. Superior Tribunal Militar (**Recurso em Sentido Estrito** nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR) e ao Senhor Juiz-Auditor da 5ª CJM (**Processo** nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09), **para que os autos** do Procedimento Ordinário em questão **sejam encaminhados** ao Ministério Público Federal na Seção Judiciária de Santa Catarina.

**É o meu voto.**

12/06/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 105.256 PARANÁ

EXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Ministro Celso de Mello, Vossa Excelência me permite um aparte ou uma indagação: como é que esse precedente se aplicaria àqueles que estão presos na Base Militar de Guantánamo?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Esse precedente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, **não obstante extremamente valioso, não se aplica nem vincula** os Estados Unidos da América, **pelo fato, juridicamente relevante, de esse país não haver ratificado** a Convenção Americana de Direitos Humanos, **embora** a esta tivesse aderido em 06/01/1977.

**Demais disso, e ainda que tal houvesse ocorrido, impor-se-ia** a adoção, **por parte** dos Estados Unidos da América, **da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória a que se refere** o Artigo 62 da Convenção Americana de Direitos Humanos, **com o formal reconhecimento e a integral sujeição** à competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos **em todos** os casos **relativos** à interpretação **ou** à aplicação do Pacto de São José da Costa Rica.

12/06/2012

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 105.256 PARANÁ

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Ministro Celso de Mello, no caso anterior Vossa Excelência remeteu os autos para a justiça competente porque tinha certeza, pelos dados que constavam, que a prescrição ainda não havia ocorrido?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Sim.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Mas neste caso como Vossa Excelência certamente não tem os elementos necessários, simplesmente...

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Neste caso, estou invalidando o procedimento penal, por transgressão ao postulado do juiz natural.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Sim, pois não. Porque eu vi que havia um procedimento diferente.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Foi por essa razão que fiz constar, da parte final de meu voto, o seguinte fragmento: *“A presente decisão deverá ser comunicada ao E. Superior Tribunal Militar (Recurso em Sentido Estrito nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR) e ao Senhor Juiz-Auditor da 5ª CJM (Processo nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09), para que os autos do Procedimento Ordinário em questão sejam encaminhados ao Ministério Público Federal na Seção Judiciária de Santa Catarina”*.

**HC 105256 / PR**

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE)** - Pois não. Então Vossa Excelência está na verdade procedendo da mesma forma.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator):**  
Perfeitamente.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 105.256**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO**

PACTE.(S) : CEZAR REGINALDO ZONTA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, deferiu o pedido de *habeas corpus*, para invalidar o procedimento penal instaurado contra o ora paciente perante a Justiça Militar da União (Processo nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09 - Auditoria da 5ª CJM), desde a denúncia, inclusive, sem prejuízo da renovação da *persecutio criminis* perante órgão judiciário competente da Justiça Federal comum, contanto que ainda não consumada a prescrição penal da pretensão punitiva do Estado. A presente decisão deverá ser comunicada ao E. Superior Tribunal Militar (Recurso em Sentido Estrito nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR) e ao Senhor Juiz-Auditor da 5ª CJM (Processo nº 0000026-40.2009.7.05.0005/PR, Autos nº 64/09), para que os autos do Procedimento Ordinário em questão sejam encaminhados ao Ministério Público Federal na Seção Judiciária de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 12.06.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cezar Peluso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte  
Secretária